



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



**INOVAÇÃO CURRICULAR:
UMA REALIDADE CONSTRUÍDA NO COTIDIANO DA INCLUSÃO**

Vânia Maria da Silva Melo Lamas

Unileste-MG

Maria Aparecida Assis Batista

Unileste-MG

Avenida 24 – nº 432 – Bairro Novo Horizonte. Timóteo/MG – Cep 35180000

Fone: (31) 3847 344

vaniamelolamas@yahoo.com.br

O presente trabalho pretende suscitar a discussão em torno da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior. Relata a experiência vivenciada por uma aluna surda do curso de Formação de Professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como os desafios e possibilidades que se encontraram, tendo em vista o contexto da diversidade no processo do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, o trabalho discute e apresenta resultados de inovações e adequações curriculares voltados para práticas de inclusão, buscando a acessibilidade e permanência, com sucesso, do jovem com necessidades especiais e que, na educação superior – estimulado apropriadamente – habilite-se a construir sua autonomia visando a uma formação para o exercício pleno da cidadania e futura inserção no mercado de trabalho, evidenciando habilidades e competências potencializadas no decorrer do curso de graduação.

INTRODUÇÃO

O Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UnilesteMG, empenhada com a missão de “ser uma instituição compromissada com o aprimoramento contínuo de seus alunos, professores e funcionários, proporcionando-lhes os meios para que realizem, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, consoante o seu destino e dignidade de filho de Deus, atuando em perfeita sintonia com a sociedade e, apoiado em valores éticos inalienáveis, buscar sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados”, engaja-se numa nova realidade que se apresenta: a educação em nível superior de pessoas com necessidades educacionais especiais.

É fato consumado que fazemos parte de uma nova era, de um cintilante tempo. Vero milênio! A sociedade passou por muitas transformações, ao longo das últimas décadas, em meio à universalização de informações, à conquista de novos saberes científicos, ao alvorecer da tecnologia. Tudo contribuindo e permitindo ao homem instigantes possibilidades para que a engenharia humana edificasse uma sociedade verdadeiramente plena e feliz. Ainda que muitos desses esforços não se tenham admissivelmente voltados para a ação de um mundo mais harmônico, grande parte da sociedade conspira no sentido de promovê-la e transformá-la para os que, aqui vivem, possam fazê-lo com dignidade, sendo respeitados malgrada a diferença ou dessemelhança.

Nesse movimento de mudanças, discute-se num contexto de mundo a inclusão social, o que nos permite ponderar sobre a diversidade, acreditando que ela possa fortalecer a sociedade no caminho da busca por um novo tempo, na prevalência, queiramos, da solidariedade humana.

Discute-se, ainda, a inclusão na perspectiva de que todos os grupos – ainda que os ditos minoritários – sejam integrantes da sociedade e não excluídos a ela. Fazem parte dela e, no seu somatório, constituem-se maioria quando identificados pelas devidas características de raça, etnia, credos, deficiência.

Assim, a inclusão nos permite rever conceitos, valores e, através do respeito às diferenças, promulgar a aceitação social de forma ampla, num clima de cooperação, solidariedade e, a priori, fraternidade.

Possibilita-nos ainda refletir sobre a igualdade de oportunidades, em cuja sociedade um movimento justo e coeso dê cria a resultados passíveis de contribuir para a sua mudança e transições.

Na dinâmica pela conquista dos direitos e da inclusão social, grupos específicos atualmente discutem levando em conta a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. O crescente interesse propugna por idéias equivocadas que, no decorrer da história, associam essas pessoas à “fragilidade, limitação, incompetência, ócio,” dentre outras.

Muitas dessas pessoas integram-se a esse grupo minoritário por motivos de ordem biológica, genética ou circunstanciais e, para que seus direitos sejam garantidos, amparam-se em leis, objetivando resguardar seu direito à vida com dignidade minimamente cidadã.

Dessa forma, a busca de uma nova sociedade construída sobre pilares da solidariedade humana, do respeito à diversidade e, a partir de reflexões voltadas para o humanismo – ante uma visão mais holística do indivíduo – faz-se atual no cotidiano das relações humanas.

A sociedade inclusiva demanda, porquanto, novos posicionamentos, o desfazer de paradigmas com vistas a perceber que a sociedade entra em aliança, associando-se com indivíduos cuja peculiaridade é ir ao encalço da transformação social, independentemente de gênero, raça, etnias, credos ou, especificamente, da qualquer pilar que simbolize, insinuememente, a singularidade humana.

O DESAFIO QUE SE APRESENTA

Ser diferente. Direito, condição humana, relação com a diversidade, possibilidade de refletir a subjetividade e a singularidade humana, rompimento de paradigmas. Mas... de que paradigmas falamos?

Discute-se aqui uma reflexão sobre o paradigma da diferença. Marca de todo ser humano ao mesmo tempo, no entanto, demarca a sua categorização a grupos marginalizados de nossa sociedade. Falamos aqui de todas as diferenças, mais enfaticamente de diferenças de condições específicas que agrupam os sujeitos

sociais pela provável “falta” “incapacidade” “limitação” de ser igual entre os outros atores sociais daqueles que não se dizem diferentes. Falemos então das pessoas com deficiência. E não podia ser diferente.

Convidados a rever nossos (pré) conceitos, obrigamo-nos a romper com paradigmas sociais e passar a lidar com um contexto de diversidades totalmente inusitado e, ao mesmo tempo, desafiador – pois o desconhecido nos faz resistir e transgredir, em muitas vezes, para lugares ou condições de nossas limitações pessoais, justificando a nossa falta de conhecimento e sabedoria para lidar com as mais adversas questões rotineiras. Isso nos faz conjecturar sobre nossa condição para o fazer e que, de certa forma, impõe-nos a valorizar a diversidade sujeitando-nos a um jogo de alteridade, uma vez que é isso que nos move a fazer e a buscar soluções efetivas para as situações inusitadas.

Frente a tais desafios constantes no mundo real, não poderia acontecer diferente, nos espaços de uma instituição de Ensino Superior. Assim foi que nos deparamos com a matrícula e a presença de uma aluna, com surdez, no Curso Normal Superior da Área de Ciências da Educação do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG .

Nosso discurso academicista, acolhedor de diferenças, de metodologias inovadoras, de repente, real, torna-se um desafio para todos que lidavam com a situação, até então, distante de nossas salas de aula.

Inclusão social e educacional já pairavam em nossos discursos, embora a nossa prática estivesse distante dos argumentos teóricos aludidos em nossas aulas.

Em nossas discussões, a educação inclusiva é aquela que oferece ao sujeito igualdade de oportunidades e equidade: uma educação para todos, centrada no aluno e atendendo às necessidades educacionais especiais de todos, desde as diferenças orgânicas e psíquicas, às étnicas, culturais, sociais e econômicas. Na prática, assumir essa realidade trazia mudanças que, antes de tudo, exigiam compreender um pouco mais da realidade a ser enfrentada – Surdez. Mas, afinal, o que é isto? De que se trata?

Deficiência Auditiva/Surdez, assim como é denominado nos documentos oficiais, refere-se à perda total ou parcial – congênita ou adquirida – da capacidade

de compreender a fala por intermédio do ouvido. Tal deficiência pode manifestar-se como:

- Surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis que dificulta, mas não impede o sujeito expressar-se oralmente, bem como perceber a voz humana.
- Surdez severa/profunda: perda acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender – com ou sem aparelho auditivo – a voz humana, bem como adquirir a língua oral, segundo conceitos determinados pela legislação vigente.

Nessa perspectiva, acolher a diferença é redimensionar a escola e dispor a ela o verdadeiro significado: contribuir para a transformação do sujeito oferecendo oportunidades para exercer a sua cidadania plena de forma ativa e participativa. Eis, aí, o nosso real problema.

A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A escola deve estar em constante busca da qualidade de ensino, sendo eficaz na sua ação de ensinar, na busca para mobilizar o todo e sustentar as aprendizagens de todos. É preciso rever as concepções de aprendizagem, currículo, avaliação, considerando a importância de todos os atores envolvidos nesse processo. O que se quer ensinar, o que os alunos precisam aprender e qual é o significado dessas aprendizagens em seu cotidiano.

Sob este novo enfoque, a escola passa a reconhecer os alunos como seres singulares que estabelecem vínculos entre si. Mas, entre o reconhecimento e o atendimento adequado às singularidades dos alunos, estende-se um vasto distanciamento, que é justificado, na maioria das vezes, pela falta de recursos, apoio de profissionais especializados e, ainda, pelo discurso que impera nos meios educacionais que se refere, especificamente, à formação do professor especializado para trabalhar com as pessoas que necessitam de algum tipo de apoio específico.

Assim, trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais não requer somente uma especialização, mas o aprimoramento do professor no ensino e

na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

Considera-se ainda que a inclusão educacional avança também no sentido do acolhimento da pessoa com deficiência no Ensino Superior. Ou seja, o espaço de formação é o *locus* apropriado para promover as condições necessárias para inclusão da pessoa com deficiência, também no Ensino Superior. Nesse espaço é preciso perseguir novas estratégias de ensino e focalizar as necessidades de cada sujeito, levando em conta, também, as possibilidades do trabalho de rede entre cursos. Todos precisam estar envolvidos para apoiar, acompanhar e desenvolver estratégias e tecnologias de trabalho no auxílio aos alunos e professores na tarefa de romper com as barreiras de ordem curricular, de uso de equipamentos e recursos.

Considerando que o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG constitui um espaço que acolhe as pessoas com deficiência não só em seu sistema de ensino, mas de forma efetiva na comunidade, apoiando notadamente as discussões para construir um novo tempo, surgiu a necessidade de sistematizar, por meio de um projeto, as ações de um núcleo de apoio e atendimento dedicado – especificamente – às pessoas com necessidades educacionais especiais.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – O CAMINHO PARA O FUTURO

O Núcleo de Educação Inclusiva instituído desde 2003 tem, por objetivo, atender os alunos com necessidades especiais no Centro Universitário, e ainda, possibilitar a sua integração desde o seu acesso até a finalização de sua formação acadêmica, visando o acolhimento, bem-estar, garantia e defesa de seus direitos. Além dos atendimentos individuais aos alunos, o Núcleo desenvolve algumas ações que possibilitam a acessibilidade dos alunos no seu sentido mais amplo que consideram não só as barreiras arquitetônicas como também, curriculares.

Dentre as ações, destaca-se a participação, desde 2002, no Fórum Mineiro de Educação Especial/ Inclusiva com a Coordenação da Região Vale do Rio Doce, que compreende 111 cidades.

No Núcleo, organizou-se um cadastro dos alunos com necessidades especiais do UnilesteMG, a partir de um levantamento realizado pelos coordenadores de cursos. Após, foi implementado um planejamento de atividades que visavam sensibilização e orientação ao corpo docente quanto às deficiências e suas especificidades.

Por outro lado, o curso Normal Superior recebeu, em 2003, uma aluna surda, gerando séria inquietação e um movimento de adaptação do curso às suas necessidades. A aluna marcou sua presença. Diante das dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos, procurou a Coordenação do Curso na busca de alternativas. Foi, então, contratada uma profissional – intérprete de LIBRAS – para acompanhamento da aluna, visto essa ser a sua primeira forma de comunicação, e ainda, como forma de poder acompanhar o desenvolvimento das propostas de trabalho, em cumprimento, inclusive, à legislação vigente.

A partir dessa realidade, os professores do curso sentiram necessidade de discutir sobre didática, avaliação e metodologia alternativas para atender à especificidade do caso. Este MOVIMENTO trouxe alguns resultados significativos que vieram comprovar a eficácia da INCLUSÃO.

ALGUMAS CONQUISTAS A PARTIR DO REAL

Esse MOVIMENTO trouxe algumas mudanças, que passaremos a descrever, correndo o risco de não apresentá-las na sua real dimensão, uma vez que apresentar resultados a partir da subjetividade e não mensuráveis, torna-se ato bastante complexo. Nossa audácia em descrever tais resultados se deve às mudanças de postura nitidamente percebidas nos sujeitos envolvidos e a certeza de que é possível acolher a diversidade, com sucesso.

Assim podemos destacar:

- Maior integração dos alunos ouvintes com a aluna surda, uma vez que aprendem alguns sinais da LIBRAS.
- Sensibilização da comunidade acadêmica quanto às pessoas com deficiência.

- Inclusão acadêmica e social da aluna surda, tanto na instituição quanto na comunidade.

Inicialmente, os resultados não foram tão positivos, pois a relação comunicativa entre a aluna e a intérprete gerou, para alguns professores, a tal inquietação, pois os mesmos deixavam de ser, então, os efetivos mediadores do processo de construção do conhecimento da aluna em questão.

Nesse contexto houve um redimensionamento do currículo no qual as funções de alunos, dos professores e da intérprete de Libras se entrecruzam. Novas formas de ensinar e de aprender; preocupação com os recursos; outras formas de avaliar, como é confirmado no depoimento de uma das professoras:

A aluna desenvolveu todas as propostas de trabalho das disciplinas Didática da Alfabetização II e Prática de Ensino IV. Percebe-se que em determinadas situações do registro escrito principalmente há um desafio em relacionar a Língua Portuguesa para LIBRAS, algo perceptível, pois nem sempre há sinais para todas as palavras.

O relacionamento da aluna com a turma, se deu primeiramente, com um pequeno grupo. Aos poucos todos foram se envolvendo e sem que percebêssemos, a turma passou a entender as formas alternativas para estabelecer uma comunicação efetiva com a aluna. O trabalho na turma se tornou mais rico a partir do desafio de conviver com a diferença. Trabalhar com a aluna se constituiu em grande desafio, pois lidar com as diferenças é muito fácil quando se está no âmbito do discurso, o que difere da prática, pois, nos faz acreditar nas possibilidades que esse contato oferece e nos mobiliza a buscar novas alternativas e práticas mais desafiadoras.¹

No decorrer do processo, mudanças vão acontecendo e possibilitando crescimento não só dos professores como também dos alunos. Reconhecer a diferença e suas necessidades adaptativas são legitimadas e isso se dimensiona quando outros alunos se interessam e se mobilizam em prol de um curso de Libras para os estudantes do Normal Superior e Pedagogia, em turmas diferentes do período freqüentado pela aluna.

Já não existe lugar para o “desgastado” discurso de que não estamos preparados para acolher a diversidade. A falta de preparo passa a constar apenas daqueles que não são capazes de empreender. Construir o modelo educacional inclusivo não demanda sofisticadas “edificações” arquitetônicas e curriculares. Esse modelo só deve acontecer quando somos convidados a entabular a diferença junto daqueles que carecem de possíveis adaptações, rompendo com a utópica idéia da

¹Edna Imaçulada Inácio de Oliveira – Profa. da Disciplina Didática da Alfabetização

preparação. Aprender junto e principiar com ações partindo da escuta das pessoas que apresentam deficiência, possibilitará construir o modelo inclusivo que ultrapassa aspectos legais, constituindo-se, todavia, no modelo da formação humana.

Desse processo ficam os nobres ensinamentos e efetivas aprendizagens, como declarado pelas colegas de turma:

No início achei estranho uma pessoa estar fazendo faculdade. Depois o tempo foi passando e fui percebendo que ela tinha certas habilidades que eu não tinha. Às vezes tínhamos dificuldades em entender textos mais complexos e ela lia e rapidamente compreendia as idéias do autor. Outro aspecto que observo refere-se ao uso dos recursos tecnológicos. Coisas que eu tenho maior dificuldade para dominar ela usa com muita tranqüilidade. Por ela ter deficiência auditiva/surdez não se sente inferior a nenhuma de nós da turma. Ela é alegre, estudiosa e com muita garra no que se dispõe a fazer. Às vezes me pego olhando para ela e pensando como seria bom se todo mundo tivesse a sua determinação e a sua garra. Ela nos fala sempre que temos que lutar pelo que queremos. Se não fosse a sua persistência ela não conseguiria a sua interprete para chegar aonde chegou: estar no 5º período do CNS.²

No princípio nos causou estranheza viver uma situação inusitada. Como seria conviver com uma pessoa com uma deficiência. Nos causou espanto. Houve inicialmente resistência de professores da leitura labial ou da própria intérprete de Libras. Com a chegada da intérprete ela passou a compreender as aulas ministradas e o seu desenvolvimento, e sua aprendizagem alavancaram. Para nós um grande aprendizado, pois juntas com ela conseguimos estabelecer uma comunicação, ou seja, houve uma mudança tanto para nós como para ela. Percebe-se que mesmo com a limitação, ela consegue buscar soluções para as situações adversas. Ela demonstra a todo instante que é muito capaz e muito inteligente. Conseguimos compreender também que ela tem outras habilidades em áreas em que nós temos uma grande limitação. O convívio com uma pessoa com surdez é válido para a nossa formação profissional, e principalmente, para a nossa condição humana, pois seremos melhores.³

Para a aluna com surdez, efetivas mudanças ocorreram em sua vida. No âmbito profissional, podemos destacar sua seleção pelo Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez para participar do curso de formação e capacitação de instrutores surdos em Língua Brasileira de Sinais. Treinamento esse, vinculado à Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. A partir desse treinamento a aluna passa a integrar o quadro de professores da SRE e seu trabalho se pauta, inicialmente, em atender às demandas e solicitações das escolas no âmbito da educação inclusiva. Isso foi possível pelo trabalho do Núcleo de

² Hélia Maria Gonçalves Botelho – Aluna do 4º período – CNS – Unileste-MG

³ Vilma Maria de Vasconcelos – Aluna do 4º período – CNS – Unileste-MG

Educação Inclusiva que tem buscado, desde a sua criação, espaço para alunos com necessidades educacionais especiais, além de orientá-los na sua inserção profissional.

Juntamente com sua intérprete, a aluna já organizou, por solicitação da Coordenação do Curso e em atendimento à demanda, mini-cursos para os alunos da Área da Educação. Isso representa um rico elemento de composição curricular para os licenciandos e para os professores.

Para os professores da turma, vários momentos de discussão se apresentaram e encontros e leituras sobre o assunto se tornaram includentes.

Esse é o verdadeiro currículo que se deve desenvolver. Um currículo que ultrapasse a formação acadêmica e contemple a formação humana revestida de alteridade e, acima de tudo, respeito e solidariedade humana. Um currículo real, que atenda pessoas diferentes e, ao mesmo tempo, iguais.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dar prioridade a um debate de sensatas e sensíveis proporções a respeito da educação de pessoas com necessidades especiais nos espaços acadêmicos é uma das formas para que se possa investir, fundamentalmente, na formação de professores. Estamos caminhando para um processo que diz respeito não só à condição do direito ao exercício da cidadania, como também de compreender o outro como sujeito de relações, em que a diferença individual ultrapasse os preconceitos e nos desafie a traçar caminhos para uma lógica direcionada a conveniências e oportunidades, arvorando a lógica da inclusão.

Solucionamos o problema da inserção da pessoa com surdez no Centro Universitário? Acreditamos que não, em vista de o maior exercício ser o considerar, a cada sujeito, o único. E isso nos faz ziguezaguear por trilhas ainda não segmentadas.

A única e real certeza que nos acomete é que já não nos é mais possível aceitar que as desigualdades dramáticas sejam geradoras de exclusão. Precisamos superar nossas limitações para o fazer pedagógico, protagonizar um moderno tempo

assumido com compromisso e responsabilidade e, acima de tudo, pavimentar com cimento o prédio de uma nova prática, com esforço coletivo e via inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria da Educação Especial SEESP. **Necessidades especiais na sala de aula**. Trad. Ana Maria Isabel Lopes. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memon, 1997.

_____. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo: Memon, 2001.

STAINBACK, Susan. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.